

# Pena máxima entre alvos de operação pode superar 23 anos

Moraes afirma que apurações mostraram tentativas de golpe de Estado e de abolir instituições democráticas

Flávio Ferreira

**SÃO PAULO** Na decisão em que autorizou as prisões de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro ocorridas nesta quinta-feira (8), o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes afirmou que já está comprovada a prática de crimes contra a democracia e associação criminosa, cujas penas máximas chegam a 23 anos de prisão.

A punição aos investigados, porém, pode superar esse total caso fique comprovado que os suspeitos também cometeram atos de violência. O delito mais grave descrito no despacho é o de tentativa de dar um golpe de Estado.

Segundo o ministro do STF, as condutas investigadas devem ser enquadradas nesse crime pois houve a formação de uma organização criminosa com o fim de impedir a transição de governo para o hoje presidente Lula (PT), vencedor das eleições de 2022.

Para Moraes, a Polícia Federal demonstrou indícios de que o grupo adotou "medidas que estipulavam estratégias de subversão da ordem jurídico-constitucional e adoção de medidas extremas que culminaram na decretação de um golpe de Estado, tudo a fim de assegurar a permanência no poder do então presidente Jair Messias Bolsonaro".

A tentativa de golpe de Estado tem pena mínima de 4 e máxima de 12 anos, além da punição correspondente à violência empregada.

Outro delito reconhecido por Moraes é o de tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito.

Esse crime ocorre quando alguém atua com violência ou grave ameaça para impedir ou restringir o exercício dos poderes constitucionais.

Esses dois crimes foram incluídos na legislação em 2021, quando foi aprovada pelo Congresso Nacional a chamada Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito.

Na ocasião, foi revogada a antiga Lei de Segurança Nacional, que tinha entrado em vigor na ditadura militar. Curiosamente, a lei de 2021 leva a assinatura de quatro alvos da operação desta quinta: Bolsonaro e os ex-ministros Walter Braga Netto, Anderson Torres e Augusto Heleno. Em relação a suspeito preso na operação da PF desta

quinta, Moraes também citou a ocorrência do crime de associação criminosa, que tem pena de 1 a 3 anos de reclusão. Os crimes de tentativa de dar golpe de Estado e de abolir as instituições democráticas também estão em discussão nos julgamentos do STF que envolvem as pessoas detidas sob a acusação de participação nos atos de vandalismo em Brasília no dia 8 de janeiro.

O entendimento do STF nas primeiras decisões sobre os casos tem sido de que os réus teriam cometido tanto o crime de golpe de Estado quanto o de abolição do Estado democrático de Direito.

A interpretação é alvo de críticas por especialistas. Há duas perspectivas jurídicas sobre o caso. Uma é a de que houve de fato a prática de dois crimes contra a democracia. A outra é a de que seria preciso escolher um dos delitos para não se punir em duplicidade uma única conduta, o que é vedado pela lei.

A argumentação que tem prevalecido no STF é a de que, ao invadir os prédios dos três Poderes, os participantes estavam cometendo o crime de tentar "abolir o Estado democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais", e, ao mesmo tempo, tinham o intuito de tentar depor o governo legitimamente constituído.

A interpretação para dizer que houve uma tentativa de golpe é a de que os envolvidos esperavam que, com a destruição e a tomada dos prédios, haveria a necessidade de uma operação de Garantia da Lei e da Ordem, a partir da qual militares iriam aderir à deposição do governo eleito.

Apesar de a tese vencedora ser a de que deve haver punição pelos dois crimes, não há unanimidade sobre o tema.

Nos julgamentos, os ministros Luís Roberto Barroso e André Mendonça já votaram com o entendimento de que não seria possível condenar o réu por ambos os delitos.

O mais recente julgamento do caso teve voto do ministro Moraes no dia 2 de fevereiro. Ele votou para condenar 12 réus acusados de participar dos ataques golpistas de 8 de janeiro. As penas impostas variam de 12 a 17 anos.

O julgamento é feito no plenário virtual e se encerra na sexta-feira (9). Pode haver pedido de vista (mais tempo para análise) ou destaque (que leva o caso ao plenário físico).

Moraes, relator do caso, considerou que os réus aderiram a propósitos criminosos direcionados a uma tentativa de ruptura institucional, "que acarretaria a abolição do Estado democrático de Direito e a deposição do governo legitimamente eleito, mediante violência, vandalismo e significativa depredação ao patrimônio público".

## Veja cronologia de plano golpista

**1 JUL 22**  
**Entrar em campo** Bolsonaro convoca reunião de ministros, ataca eleição e diz que irá "entrar em campo" com exército

**10 OUT 22**  
**Eleição** Bolsonaro é derrotado por Lula no segundo turno da eleição presidencial

**11 NOV 22**  
**Alvos definidos** Major Rafael Martins pede orientações a Mauro Cid, ajudante de ordens de Bolsonaro, sobre realização de protestos; Cid afirma que alvos seriam o Congresso e o STF

**12 NOV 22**  
**Forças especiais** Militares das Forças Especiais fazem reunião em Brasília para tratar de plano golpista; Mauro Cid participa do encontro

**16 NOV 22**  
**Minuta do golpe** Filipe Martins, assessor de Bolsonaro, e Amauri Feres, advogado, participam de reunião no Palácio da Alvorada para discutir a minuta do decreto que reverteria o resultado da eleição e prenderia autoridades

**23 NOV 22**  
**Ação de Valdemar Costa Neto** Ex-líder presidista por Valdemar Costa Neto, apresenta pedido para contestar resultado do segundo turno

**28 NOV 22**  
**Nova reunião** Nova reunião de militares das Forças Especiais, também em Brasília, para discutir tática de golpe; participaram assistentes de generais que ocupavam postos de alto escalão

**7 DEZ 22**  
**Encontro no Palácio da Alvorada** Reunião no Palácio da Alvorada entre Bolsonaro, comandantes militares, Filipe Martins e Amauri Feres para discutir a minuta do golpe

**9 DEZ 22**  
**Adesão ao plano** General Estevam Theophilo, ex-chefe do Comando de Operações Terrestres, se encontra com Jair Bolsonaro, segundo depoimento de Mauro Cid, ele teria aderido ao plano de golpe

**14 DEZ 22**  
**Reação de Braga Netto** Contrariado com resistência ao golpe, Braga Netto se refere ao comandante do Exército como "cagão"

**15 DEZ 22**  
**Rota de Moraes** Marcelo Câmara, assessor de Bolsonaro, discute com Mauro Cid itinerário de viagens de Alexandre de Moraes, alvo de prisão no decreto planejado pelos golpistas

**18 DEZ 22**  
**Prisão planejada de Moraes** Data em que Alexandre de Moraes seria preso, de acordo com planejamento obtido pela PF



O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes no início do julgamento dos primeiros réus do 8 de janeiro. Pedro Luzera - 13 set. 2023/PAF/APF

## Inquérito de Moraes sobre as milícias digitais inclui vacina, joias e golpismo

Renata Galf

**SÃO PAULO** A operação da Polícia Federal desta quinta-feira (8) está vinculada ao inquérito das milícias digitais, que tramita em sigilo no STF (Supremo Tribunal Federal) sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

Foi no âmbito deste inquérito que foi feito o acordo de delação premiada do ex-ajudante de ordens do ex-presidente Mauro Cid.

Na decisão desta quinta, Moraes diz que a investigação sobre a suposta organização criminosa tem cinco eixos.

Um deles é o de ataques virtuais a eleitores. Outros dois são de ataques às instituições, urnas e ao processo eleitoral, além de um sobre os crimes de tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado democrático de Direito.

Outra linha seriam os ataques às vacinas contra a Covid-19 e às medidas sanitárias diante a pandemia. E, por fim, um sobre o suposto uso da estrutura do Estado para obtenção de vantagens e que possui uma série de subdivisões.

E nas que estão as fontes sobre cartões de vacina e joias.

Cartão de vacina

Em maio de 2023, Moraes determinou a prisão preventiva de Cid em decisão relacionada às suspeitas em torno da falsificação do cartão de vacinação dele, da esposa, da filha mais nova de Bolsonaro e do próprio ex-presidente. Ele disse em decisão haver fortes indícios dos crimes de falsificação de documento e de falsificação de identidade e inserção de dados falsos em sistema de informações.

A época da prisão, em depoimento à PF, Mauro Cid não respondeu às perguntas, e sua defesa alegou não ter tido

acesso a todo o conteúdo da investigação. Bolsonaro elogiou o militar e disse à PF que se Cid cometeu algum crime, teria sido à sua revelia.

Joias

Em decisão do ano passado em que autorizou busca e apreensão contra diferentes agentes, entre eles, o pai de Mauro Cid, relacionada às joias apresentadas por autoridades internacionais ao ex-presidente. Moraes cita a investigação do crime de peculato e ainda lavagem de dinheiro.

Em agosto, o juiz Rômulo de Faria, juiz de primeiro grau, afirmou que Cid confessou ter vendido joias a mando de Bolsonaro, mas apresentou um vaivém de versões em seguida, até a proposta de delação. Segun-

do a revista Veja, Cid teria dito em delação que entregou o dinheiro obtido da venda de dois relógios a Bolsonaro, que disse não ter mandado ninguém vender nada nem ter recebido valores.

Para que fique configurado o crime de peculato é preciso que os presentes vendidos sejam entendidos como bens públicos, o que a defesa de Bolsonaro contesta.

Golpismo

Após descrever o que seriam os eixos de atuação da suposta organização criminosa investigada, Moraes cita os crimes de tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito e também o de tentativa de golpe de Estado.

De acordo com relatório da PF divulgado em 2023, fo-

ram encontrados nos celulares de Mauro Cid uma minuta de um decreto de estado de sítio, além de uma espécie de estudo para a viabilidade para a intervenção das Forças Armadas para reverter o resultado das eleições de 2022.

A época, a defesa de Bolsonaro disse que os diálogos emcontrados reforçavam que o ex-presidente não participou de articulações golpistas e que o celular do ex-assessor havia sido tornado um "simples caixa de correspondência".

Em sua delação Cid citou uma minuta que teria entregue pelo ex-assessor Filipe Martins para convocar novas eleições e prender adversários. A decisão de Moraes afirma que o ex-presidente teve acesso e pediu modificações na "minuta do golpe".